

Apresentação

Entregamos ao leitor mais um número do *Cadernos Metrópole*. Para este Dossiê (n. 45), abordamos a governança, as políticas públicas, os espaços de poder e o território, como formas diversas de manifestação da governança urbana e metropolitana. Mas o que obtemos, ao fim da leitura, é uma oferta mais ampla de visões, com perguntas-chave que podem (e devem) pautar a agenda de pesquisa sobre o tema recorrente do espaço, do território e de como enfrentar as turbulências da política.

Entre o chamamento à comunidade acadêmica e o recebimento dos textos, há sempre uma expectativa de como a sugestão, ou convite, ao debate será acolhida. No caso deste Dossiê, a provocação original concentrou-se no debate sobre a governança em sua dimensão teórica e empírica, isto é, concentrou-se em ampliar as visões conceituais e apresentar casos (experiências ou análises críticas) sobre os novos modelos e relações público-privadas. O conjunto dos artigos recebidos, por sua vez, revelou uma produção orientada em dialogar com as conjunturas mais recentes – desde 2013 – e oferecer, ao leitor, casos locais envolvendo políticas públicas específicas, como mobilidade urbana, movimentos sociais e instrumentos urbanísticos. Vejamos um pouco do que encontramos neste número.

A abordagem escalar que Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino e Rosa Moura fazem do Estatuto da Metrópole, em *Politizando as escalas urbanas: jurisdição, território e governança no Estatuto da Metrópole*, é, entre outros, um exercício não apenas necessário, mas um alerta ao aprofundamento da agenda de reflexões sobre a metrópole, sem descuidar da governança enquanto elemento de relação política. Com a preocupação de posicionar a lei no jogo escalar da política urbana, o trabalho questiona a capacidade do Estatuto da Metrópole em compreender as múltiplas espacialidades presentes no território nacional, assim como da diversidade metropolitana brasileira, uma agenda não apenas empírica mas, sobretudo, teórica. Afinal, ao discutir a capacidade de leitura conjunta entre o que diz o texto legal e o “dizer” das manifestações sobre o território, temos, em convergência, uma forma de leitura da produção do espaço, interrogando-nos sobre o quanto das competências reguladoras implicam as decisões escalares dos atores governamentais envolvidos.

Ao estabelecer preocupações com a governança e a produção do espaço, na transição regional-urbana, uma passagem que permita estabelecer conexões teóricas com a conjuntura histórica, em sentido estrito, auxilia a trajetória de compreensão do que chamamos de “governança”; um sentido ou vários? O texto de Francisco César Pinto Fonseca, *A “governança empresarial” das metrópoles sob o domínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial e da privatização do sistema político*, ajuda a recuperar o “pensamento” neoliberal no espaço brasileiro, trazendo o contexto das formas de governança empresarial e seus desdobramentos na gestão pública brasileira. As Parcerias Público-Privadas, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre outras, são ferramentas, instrumentos gerenciais que intentam a modernização da gestão pública, redefinindo os métodos e a ênfase das políticas públicas territoriais. Uma governança empresarial insurge com pressupostos de gerenciamento público com práticas do privado, acreditando nas *best practices* como lições fundantes de uma nova lógica de ação; quão inovador, de fato, isso se torna em face das históricas coalizões no entorno do poder nas cidades brasileiras?

Consoante com as preocupações sobre as formas de gerenciamento, gestão e tomada de decisões espaciais, Marina Toneli Siqueira, em *New urban policies, new forms of social participation? The challenges of the Água Espraiada Urban Consortium Operation in São Paulo, Brazil*, traz o caso da Operação Urbana Água Espraiada, em São Paulo, como exemplo da aplicação instrumental dessa fronteira compartilhada entre o público e o privado. Antes, porém, da definição rígida entre essas duas dimensões, o trabalho demonstra as nuances entre interesses públicos e privados, isto é, a manifestação específica de agendas de desenvolvimento associadas a lógicas territoriais, do capital e do poder político, arranjos de coalizões específicas no desenvolvimento urbano de uma metrópole e as formas de participação envolvidas. Quando saímos de uma discussão panorâmica da governança (normativa ou teórica, por exemplo) e observamos de perto os “tomadores de decisões”, suas lógicas próprias, vemos os grupos de pressão organizados por agendas e estratégias que colocam o conceito de participação em um estado de atenção, isto é, discurso que autoriza ou arena democrática?

A discussão envolvida, muito mais recentemente, sobre o papel da participação nos rumos da transformação ativa da cidade e da metrópole, contudo, não é recente do ponto de vista teórico, pelo contrário. No texto de Victor Augusto Campos Alves, *Urbanismo, ideologia e o comum: notas sobre a sociedade urbana pós-capitalista*, vemos uma abordagem – à luz de Lefebvre – dos conceitos de ideologia, urbanismo e dos *commons*, reveladora das possibilidades da luta urbana inscrita nos textos, mas também nas ruas. Enfrentando as veredas teóricas, desde Simmel até Harvey, este trabalho conduz a leitura conceitual associando o direito e o urbanismo como ponto focal interpondo as formas “práticas” e as razões instrumentais, entre cidade e capital, e reforçando a participação como elemento ativo no saber-fazer de novas relações de vida em comum.

Em diálogo com as provocações de Victor Alves, o texto de Gustavo Souza Santos e Anete Marília Pereira, *Utopismo, insurgência e espaço urbano: o “direito à cidade” lefebvriano e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil*, é, entre outros, revelador do tema do direito à cidade como uma alusão ao “utopismo urbano” como forma da manifestação da ação e das dificuldades dessa

prática. Como ferramenta de análise, foram utilizadas notícias jornalísticas como material de pesquisa, com o objetivo de compreender o discurso (da mídia) e a prática (nas ruas), sob o ângulo da luta urbana. Em junho de 2013, momento ímpar ainda a ser devidamente pensado, a pluralidade de “falas” (alguns sons e muitos ruídos) possuiu uma dimensão simbólica de reivindicação e de protesto.

Mobilidade urbana, acesso aos serviços públicos, maior participação nas decisões de projetos urbanos; tais debates mobilizaram, desde junho de 2013, os grupos sociais ao estabelecer pautas políticas e técnicas. A contribuição de Vinicius Tischer e Marcus Polette, em *Sistema de avaliação de cidades de referência em transportes e mobilidade urbana sustentável*, ajuda-nos a compreender a dimensão técnica da mobilidade urbana a partir de indicadores e de sistemas de avaliação reveladores, entre outros, da qualidade de vida existente em diferentes cidades. Afinal, o que define essa “qualidade de vida” (em relação à mobilidade urbana) e que lições podemos tomar à agenda pública.

Ainda sob o enfoque da mobilidade urbana, Marília do Nascimento Silva e Tomás de Albuquerque Lapa, em *O transporte público coletivo sob a lógica da produção capitalista do espaço: uma análise do serviço de ônibus da Região Metropolitana do Recife*, trazem o caso do Recife, especialmente o sistema de transporte público, pelo qual observam as relações entre Estado, sociedade e mercado na Região Metropolitana. Mantidas as condições de produção do espaço urbano, em especial seus efeitos excludentes e segregadores, a perspectiva de conexão entre mercadorias e não entre pessoas dificulta (ou inviabiliza) outros modos de viver a experiência urbana.

Além desses textos do Dossiê, são apresentadas mais seis contribuições. José Alderir Silva, em *A desindustrialização na região Sul*, permite-nos compreender a transformação industrial na região Sul (2002-2014), registrando o comportamento da produção em associação com a formação do emprego.

Roberto Vital Anau, em *Impasses e oportunidades para a construção de um Sistema Regional de Inovação no Grande ABC*, discute, por sua vez, o caso da Grande ABC como experiência (desafios e oportunidades) para um Sistema de Inovação Regional, buscando discutir um possível novo arranjo de governança da economia regional.

No campo da participação e dos movimentos sociais, a região de Barreiro é objeto de estudo de Diego Vales Deslandes Ferreira e de Juliana Gonzaga Jayme, em *As interações entre um movimento social e os moradores da ocupação Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte*, com um olhar especial sobre as “ocupações em Belo Horizonte”, provocando necessário debate sobre as constantes transformações nesses locais e as disputas envolvidas.

Ainda em Belo Horizonte, Lucas Wan Der Maas, Erick de Oliveira Faria e Júlia Leite de Carvalho Fernandes, em *Segregação socioespacial e oferta de serviços de saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2010*, levam-nos a conhecer a políticas de saúde pública e sua correlação com a segregação socioespacial, com foco na espacialização da oferta dos serviços de saúde.

Seguindo as metodologias comparativas e de espacialização, em *Proximidade espacial versus distância social: examinando as articulações entre grupos socialmente distantes em três bairros populares de Salvador, Brasil*, Stephan Treuke discute, em Salvador, os fatores de oportunidades e integração socioeconômica nos bairros populares de Calabar, Vale das Pedrinhas e Bate Facho, mostrando a variabilidade entre essas localidades e a capacidade de integração socioeconômica com a organização social dos lugares.

Por fim, em *A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz dos contributos recentes*, Manuel Pereira Soares traz um texto de debate conceitual e teórico, ao abordar a própria definição de cidade; panorama da literatura sobre o tema, critérios e dimensões técnicas, entre outros, intentam conferir um sentido geral ao termo – ao mesmo tempo que apresenta a cidade portuguesa e seu contexto nacional.

Boa Leitura!

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
Organizador

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Políticas Públicas. Natal, RN/Brasil.
Observatório das Metrôpoles, núcleo Natal. Natal, RN/Brasil
alexandroferreira@hotmail.com